

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DE CONFORMIDADE

PARECER Nº: 168/2024 CIGM/PMMR

INTERESSADO: CPL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 6-2024.00006.

CONTRATADA: THIAGO COSTA DA SILVA LTDA. **CNPJ:** 19.495.405/0001-76.

CONTRATO: 20240236.

FINALIDADE: ANÁLISE E PARECER SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, INCLUINDO A ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA COM SHOW DO CANTOR (THIAGO COSTA), PARA ANIMAR O FESTEJO ALUSIVO DA COMEMORAÇÃO DO 36º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DE MÃE DO RIO- PÁ.

CONTRATO Nº 20240235

CONTRATADA: THIAGO COSTA DA SILVA LTDA. **CNPJ:** 19.495.405/0001-76.

REPRESENTADA: THIAGO COSTA DA SILVA **CPF:** 885.483.252-91.

VALOR DO CONTRATO: R\$20.000,00 (vinte mil).

DOS FATOS:

Trata-se de solicitação de parecer referente à possibilidade de realização de contratação direta por inexigibilidade de licitação e análise da minuta contratual, com o objeto de contratação de empresa especializada em serviços técnicos para implantação e execução dos recursos.

Após análise da Assessoria Jurídica, os autos foram encaminhados a esse Controle Interno para manifestação. Oportuno esclarecer que o exame deste Departamento de Controle Interno é feito nos termos do art. 8º, §3º, da Lei nº. 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

DA ANÁLISE

Conforme estabelece a Constituição Federal, via de regra, no artigo 37, inciso XXI, as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

Art. 37. (...)

[...]

XI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II - contratação dos seguintes serviços de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública:(...)

Quanto aos componentes do processo, foram carreados:

1. DFD - Solicitação originada pelo setor demandante, referente ao Ofício nº130/2024, conforme estipulado no Artigo 8º, Inciso II, do Decreto nº10.947/2022;
2. ETP - Estudo Técnico Preliminar, devidamente assinado pela equipe de planejamento, em conformidade com o Artigo 74, Inciso II, da Lei 14.133/21.
3. Despacho informando a disponibilidade de crédito Orçamentário;
4. Declarações de adequação orçamentária e financeira, conforme previsto no Artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº101/2000.
5. Autorização para a abertura do procedimento de inexigibilidade;
6. Juntada de propostas comerciais de habilitação.
7. Parecer técnico;
8. Requisição para a abertura do processo administrativo;
9. Decreto Municipal 32/2024;
10. Autorização;
11. Parecer Jurídico nº 152/2024, emitido por Halex Bryan Sarges da Silva, expressando parecer favorável à aplicação da legislação pertinente, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº01/2024.

O presente contrato abrange suas cláusulas e itens pertinentes à organização e formalização geral do contrato referenciado abaixo, bem como de outras documentações relacionadas.

DA LEGISLAÇÃO:

Lei 14.133/2021;
Constituição Federal;
Decreto Municipal nº. 01/2024.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, a Controladoria **RECOMENDA** a continuidade do processo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 01/2024. Destaca-se que o processo administrativo em questão cumpriu todas as etapas legais até a presente manifestação deste setor de controle interno, em concordância com a análise jurídica realizada.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MANIFESTA-SE, PORTANTO:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, as disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de sua publicação.

É o Parecer, s.m.j.

Mãe do Rio, 26 de Abril de 2024.

Raphael Klain Salles Controlador Geral do Município
DECRETO Nº003/2024